



Mudança no atendimento das contas de água em Bauru

CSB assume atendimento das contas de água em Bauru

O atendimento comercial das contas de água e esgoto passou a ser feito pela Companhia de Saneamento de Bauru (CSB), enquanto o Departamento de Água e Esgoto (DAE) segue responsável pela captação, tratamento e distribuição. A mudança faz parte da transição iniciada nesta semana e inclui serviços como emissão de contas, pedidos de revisão, novas ligações e atendimento ao público. Segundo o DAE, eventuais reparos operacionais continuam sob sua responsabilidade, mediante acionamento da concessionária. Sobre um possível racionamento, o órgão informou que a decisão dependerá das condições climáticas, apesar do aumento no volume armazenado em relação ao ano passado. A expectativa é de que o novo modelo torne o atendimento mais ágil durante o período de adaptação entre os dois serviços.

Comissão cobra Plano de Metas em Limeira

A Comissão de Orçamento e Fiscalização do Executivo voltou a solicitar à Prefeitura de Limeira os relatórios sobre o cumprimento do Plano de Metas referentes ao primeiro quadrimestre de 2026 e aos quadrimestres de 2025. O pedido, ainda sem resposta, busca acompanhar a execução do orçamento municipal conforme a Política Permanente de Fiscalização. O colegiado também requisitou ao Observatório Social documentos sobre o Mapa de Riscos do município.



Relatório é solicitado novamente pela Comissão de Orçamento

SUS de Jundiaí ganha 204 vagas de hemodiálise

Um novo convênio entre a Prefeitura e o Instituto de Nefrologia de Jundiaí ampliou em 204 o número de vagas de hemodiálise pelo SUS para pacientes de Jundiaí e dos sete municípios da Região Metropolitana. A medida permite que pacientes estabilizados deixem o leito hospitalar para continuar o tratamento em ambiente ambulatorial, aumentando a rotatividade dos leitos e agilizando o atendimento na rede pública. As novas vagas começaram a operar após a habilitação da clínica pelo Ministério da Saúde.

Araraquara aprova sepultamento de pets

A Câmara aprovou um projeto que regulamenta o sepultamento de cães, gatos e outros animais domésticos de pequeno porte em túmulos familiares de Araraquara. A proposta exige atestado veterinário e cumprimento das normas sanitárias. O texto também permite regras próprias para cemitérios privados e agora segue para sanção do prefeito. A medida reconhece o vínculo entre tutores e animais e busca evitar o descarte irregular de corpos.

LDO 2027 de Franca

A Prefeitura de Franca encaminhou à Câmara o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, com previsão de orçamento de R\$ 1,82 bilhão. A proposta estabelece metas, prioridades e regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), além de prever recursos para a administração direta e autarquias municipais.

Imposto Solidário

A campanha do Imposto de Renda Solidário registrou aumento de 21% nas doações em São José dos Campos. Neste ano, foram arrecadados R\$ 2,95 milhões para os fundos municipais da Criança e do Adolescente e do Idoso. Os recursos financiam projetos voltados ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Novos radares

Ribeirão Preto iniciou a implantação de 27 equipamentos fixos de fiscalização eletrônica em vias da cidade. Os radares, lombadas eletrônicas e dispositivos híbridos serão instalados em pontos definidos por estudos técnicos para monitorar velocidade, avanço de sinal vermelho e ampliar a segurança no trânsito.

Investimentos de R\$ 4,9 mi

A Câmara Municipal aprovou projetos que somam mais de R\$ 4,9 milhões em investimentos para Ribeirão Preto. As medidas incluem R\$ 600 mil para manutenção do Theatro Pedro II, R\$ 4,34 milhões em obras públicas, além da criação da Política Municipal de Acessibilidade e do Banco de Professores Substitutos.

Recadastramento

O prazo para o Recadastramento Mobiliário Obrigatório foi prorrogado até 15 de agosto em Bragança Paulista. A atualização deve ser feita exclusivamente pela internet e é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, incluindo contribuintes com isenção ou imunidade tributária.

Certificado RioPretoPrev

A RioPretoPrev renovou o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), válido até 1º de fevereiro de 2027. Emitido pelo Ministério da Previdência, o documento atesta a regularidade do regime próprio, reforça a gestão transparente e permite ao município receber recursos da União, emendas parlamentares e contratar financiamentos.



Justiça obriga Hapvida a regularizar serviços em Limeira

Justiça obriga Hapvida a corrigir falhas nos serviços em Limeira

Decisão atende ação do MP e prevê multa de R\$ 50 mil por descumprimento

Da **Redação**

A Justiça determinou que a Hapvida Assistência Médica adote uma série de medidas para corrigir irregularidades apontadas nas unidades de atendimento em Limeira. A decisão liminar, concedida pela Vara da Fazenda Pública a pedido do Ministério Público de São Paulo (MPSP), prevê multa de R\$ 50 mil por infração em caso de descumprimento, além da possibilidade de interdição de setores.

Entre as determinações estão a eliminação de barreiras administrativas para atendimentos de urgência e emergência, o cumprimento de prazos para consultas, exames e internações, o fornecimento contínuo de medicamentos oncológicos, a implantação de protocolo de classificação de risco no pronto atendimento e a regularização dos serviços sujeitos ao licenciamento sanitário.

Na hemodiálise, a Justiça determinou a suspensão imediata do serviço caso a qualidade da água esteja fora dos padrões legais, com transferência dos pacientes para outras unidades. A empresa também deverá apresentar um plano de adequação sanitária e encaminhar relatórios periódicos ao Ministério Pú-

blico e à Vigilância Sanitária.

A ação civil pública foi proposta pelos promotores Rafael Pressuto e Hélio de Almeida Junior. Segundo o MPSP, as investigações reuniram inspeções da Vigilância Sanitária, dos Conselhos Regionais e centenas de reclamações de consumidores.

As apurações identificaram falta de licenciamento sanitário, falhas estruturais em setores como pronto atendimento, UTIs, hemodiálise e oncologia, além de insuficiência de profissionais, ausência de classificação de risco e atrasos ou negativas de procedimentos. O Ministério Público informou que tentou resolver a situação de forma extrajudicial, inclusive por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sem sucesso.

Na decisão, a juíza Graziela Nery afirmou que as irregularidades representam potencial risco à saúde e à vida dos usuários. No mérito da ação, o Ministério Público pede a confirmação das medidas impostas pela liminar e a condenação da Hapvida ao pagamento de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos.

O processo segue em tramitação. A liminar permanece válida até nova decisão da Justiça.